



International Coffee Organization
Organización Internacional del Café
Organização Internacional do Café
Organisation Internationale du Café

EB 3756/00

6 setembro 2000
Original: espanhol

P

Estudo

Junta Executiva
25 - 28 setembro 2000
Londres, Inglaterra

Café orgânico

**Síntese da mesa-redonda sobre o café
produzido pelos métodos da agricultura
ecológica e panorama no ano 2000**

Antecedentes

1. Em mesa-redonda realizada na sede da Organização Internacional do Café, em Londres, em 19 de maio de 2000, o tema do café produzido pelos métodos da agricultura ecológica, biológica ou orgânica¹ foi abordado a partir das três seguintes perspectivas: definição, certificação e mercado.
2. A análise do panorama mundial do café “orgânico” contida neste documento acompanha e desenvolve o que se discutiu na mesa-redonda. O preparo do documento resulta da compilação de informações dispersas provenientes de diferentes fontes não-oficiais ligadas ao mercado deste produto. Assim, os dados estatísticos aqui apresentados devem ser visto com precaução, só tendo um valor qualitativo.
3. O México é o principal país produtor de café orgânico, produzindo aproximadamente 103.000 sacas. Novos projetos de comercialização do café orgânico estão sendo implementados na Etiópia e em Uganda.
4. Os fatores que incidem sobre o prêmio obtido pelo café orgânico estão estreitamente ligados a um fenômeno de “consumo” ecológico e ético. O poder aquisitivo do consumidor e a propaganda efetivada em campanhas de promoção desempenham um papel decisivo com referência ao aumento da demanda e ao preço que o consumidor se dispõe a pagar, seja nos mercados europeus, seja no mercado norte-americano. O prêmio que o produtor de café orgânico possa alcançar depende, entre outros fatores, de um bom sistema de comercialização, pois o mercado do café orgânico constitui um nicho, que depende da garantia de uma produção estável e de boa qualidade. A certificação do produto pode ser um obstáculo difícil de superar, tanto pelos custos que ocasiona, como por exigir conhecimentos e mão-de-obra disponível.

Ação

Solicita-se ao Conselho que tome nota deste relatório.

¹ *Leia-se café orgânico ou biológico.*

Introdução

1. O documento EB-3639/97 introduziu alguns conceitos para analisar a produção e comercialização do café orgânico. O presente documento sintetiza os três temas discutidos na mesa redonda que se realizou em maio de 2000 na sede da Organização Internacional do Café. Na discussão do primeiro deles pôs-se em relevo a importância de conseguir uma compreensão consensual da definição do que é um café orgânico. A definição do produto é um imperativo para os importadores e consumidores e, na discussão do segundo tema, focalizou-se o papel da certificação e das agências certificadoras em relação aos produtos “orgânicos” e, mais especificamente, focalizou-se a regulamentação centrada na importação desses produtos. Um esboço das experiências práticas e pontos de vista de comerciantes diretamente ligados ao mercado e comercialização do café orgânico tanto na Europa como nos Estados Unidos e no Japão completou a discussão.

Definições de café “orgânico”

2. Para maior simplicidade, falar-se-á de café orgânico quando se designar café produzido segundo os métodos e padrões de uma agricultura que se quer alternativa em relação aos atuais métodos, desenvolvidos no contexto da agricultura do século XX.

3. Embora “orgânico” pareça ser o qualificativo preferido por uma maioria, cabe aqui fazer uma digressão. Segundo o idioma em que se fale, costuma empregar-se a expressão agricultura “biológica” quando o idioma do falante é o francês; agricultura “orgânica” quando o idioma do falante é o inglês; agricultura “ecológica” quando se fala português ou espanhol; e, para alguns que estão sob influência germânica, agricultura ‘biodinâmica’. Esse quadro sem dúvida reflete a história do nascimento de um movimento rural em reação e em paralelo à industrialização crescente do setor agrário na Europa no século XIX.

4. Colonos europeus trouxeram, especialmente da Índia, modificações tecnológicas como, por exemplo, o método de confecção de adubo vegetal misturado com cal (*compost*) para restituir a fertilidade ao solo.

5. Além disso, a curiosidade desses viajantes em relação a outras filosofias orientais deu acesso a uma visão do mundo como sistema onde *qualquer ação sobre uma parte tem influência sobre o todo* (holismo). Esse novo paradigma sobrepôs-se à visão mecanicista e analítica. Os conhecimentos de Física, Química e Biologia foram disseminados graças a uma democratização das estruturas de ensino. Novas disciplinas foram incluídas entre as ciências agronômicas do *cursus* educativo, entre as quais a Pedologia, a Fisiologia Vegetal, a Genética, a Ecologia e a Biotecnologia. Dos métodos agrícolas de emprego tradicional, muitos hoje encontram justificação científica, que, em certos casos, corrobora sua legitimidade ou que, em outros casos, nega sua eficácia em termos de rentabilidade ou de impacto sobre o ambiente.

6. As décadas de setenta e oitenta introduziram, em alguns meios mais ligados à investigação científica e no seio de movimentos ecológicos, o conceito de agricultura “ecológica”, reforçando a visão de ecossistemas e de restituição de equilíbrio no uso dos recursos naturais renováveis (solo, água e ar). Os promotores da agricultura “ecológica” toleram a introdução de produtos sintetizados pela indústria química e farmacêutica enquanto o impacto negativo sobre o ambiente possa ser compensado ou, justamente, com o objetivo de restituir um equilíbrio ecológico. Os adeptos do sistema integrado de controle de pragas (*Integrated pest management*) podem ser incluídos nesta corrente. Os defensores da agricultura “ecológica” assinalam que, paradoxalmente, a agricultura “biológica”, a agricultura “biodinâmica” ou a agricultura “orgânica” podem ou não ser “ecológicas” segundo sejam definidos e aplicados os seus métodos agronômicos.

7. Aos produtores localizados no novo continente latino-americano, parcialmente herdeiros da tradição europeia através da Espanha ou Portugal, impôs-se a tradição anglo-saxônica de emprego do termo “orgânico”. Isso talvez se deva, em grande medida, à enorme influência norte-americana nos mundos acadêmico, científico e do comércio, os Estados Unidos sendo o maior consumidor de produtos “orgânicos”.

8. As diferenças nas traduções para os diferentes idiomas não só revelam a multiplicidade da riqueza vocabular como, o que é mais importante, diferentes matizes na interpretação dos conceitos ligados à prática agronômica e ao comportamento sócio-econômico no âmbito da produção rural.

9. O reconhecimento de que a prática de uma agricultura “orgânica” se inscreve num contexto sócio-econômico explica o fato de que seus aderentes tendem a promover relações sócio-econômicas específicas a partir de uma perspectiva rural. A promoção de um comércio direto com o consumidor foi um dos pilares da ideologia dos primeiros movimentos do século XIX, que se opunham a uma industrialização e a uma automatização insidiosa do trabalho, em que o ser humano e sua maneira de se relacionar com o meio-ambiente eram substituídos pelo incremento do uso de capital.

10. Os aderentes da agricultura “orgânica” pretendem definir uma relação do produtor com o meio-ambiente (por isso ele é associado com os movimentos ecológicos), em que sua ação se torna parte de um Todo Orgânico ou organismo com caráter vivente.

11. Também trazem à baila a relação do produtor com o consumidor e, por isso, facilmente tendem a reivindicar sua adesão a uma busca de sustentabilidade. O conceito desta última é definido por quatro objetivos que ela teria de alcançar: a) *a equidade entre gerações* (assegurar um meio-ambiente para as gerações futuras); b) *a equidade dentro das gerações* (assegurar maior equidade entre as gerações presentes); c) *a participação pública* (pensar globalmente e atuar localmente); e d) *a integração de noções ecológicas e ambientais*

nos critérios econômicos. A ênfase na busca explícita de uma equidade entre as gerações é o que facilita o enfoque que alguns dos aderentes do movimento de agricultura “orgânica” adotam em relação aos movimentos de *Fair trade* ou comércio equitativo.

12. Agências de cooperação como a *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ), a Conservação Internacional e as associações de produtores de café ecológico locais e internacionais ampliam seu trabalho didático, distribuindo manuais e folhetos que ensinam métodos e padrões a seguir na produção e transformação do café que será vendido no mercado com o selo de “café orgânico”.

O papel das agências certificadoras e da certificação

13. No processo de controle e garantia, necessário para verificar se o produto comercializado observou métodos e padrões de produção, transformação, transporte, armazenamento e embalagem sintonizados com o manejo sustentável dos recursos naturais, inserem-se os organismos de controle e inspeção – as “agências certificadoras”.

14. Os organismos de controle, que devem ser organizações independentes, estar autorizadas a nível nacional e reconhecidas a nível internacional, encarregam-se da inspeção das atividades dos produtores, processadores, importadores e exportadores de produtos orgânicos. A *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM) está incumbida da publicação das normas básicas da produção ecológica, que proporcionam a estrutura para que os programas de certificação do mundo todo desenvolvam suas próprias normas nacionais ou regionais

15. No caso do café, dependendo de seu destino ser a Europa ou os Estados Unidos, o que interessa são as Normas do Conselho da União Européia (EEC) No. 2092/91, relativas à agricultura ecológica, e o *Organic Foods Production Act*. Além disso, desde 1991, o comitê que a FAO e a Organização Mundial da Saúde FAO/OMS constituíram para tratar das marcas de origem, hoje denominado Codex Alimentarium – o organismo internacional mais graduado em matéria de padrões alimentares –, vem elaborando uma série de guias relativos aos padrões internacionais de produção ecológica. Estes guias podem ser consultados pela Internet no endereço www.fao.org/es/esn/codex.

16. Também cabe ressaltar que, nos últimos anos, a legislação relativa à importação de produtos orgânicos evoluiu bastante. O Regulamento EEC No. 2092/91 vigente até fevereiro de 1999 foi modificada e produziu 25 regulamentos subseqüentes. No artigo 5º do Anexo VI encontra-se a lista de produtos de origem não-agrícola cuja utilização é autorizada. Nos artigos 8 e 9 do Anexo III são alistados os requisitos a que a agência de inspeção e o sistema de inspeção e de controle devem obedecer. No artigo 11 estão contidas as instruções e especificações para importações de Estados não-membros da União Européia CR (EEC)

No. 94/92. Ademais, a Organização Internacional de Normalização (ISO), em colaboração com as Agências Europeias de Padronização CEN e CENELEC, tem trabalhado ativamente para conseguir a harmonização de diretrizes e padrões.

17. Em 1995, o Conselho de Regulamentação da Agricultura Ecológica da União Européia decidiu que, a partir de 1998, todas as agências de certificação devem cumprir os requisitos descritos no Regulamento EN 45011 (“Guia para os organismos que atuam na certificação de produtos”). A partir de 1996, o Guia 65 da ISO estabelece os requisitos básicos para a estruturação e organização dos organismos de certificação ou inspeção. Atualmente, os organismos de inspeção de produtos “orgânicos” devem atender tanto aos requisitos do EN45011 como aos do Guia 65 da ISO. Para obter uma explicação detalhada desses regulamentos e do *modus operandi* dos organismos de certificação, recomendamos o folheto preparado pela GTZ *Local Certification of Organic Foodstuffs in Developing Countries*, publicado em 1999.

18. No começo do desenvolvimento do mercado de produtos “orgânicos” a maioria das agências de certificação era de origem européia ou norte-americana, mas agora surgem organizações nacionais e regionais de inspeção e certificadoras, que podem ou não estar sob a supervisão de agências dos países importadores. Esse é o caso, para dar um exemplo, da BIO LATINA, o organismo de controle e certificação que reagrupou órgãos locais como a BIO PACHA (Bolívia), a BIO MUISCA (Colômbia), a CENIPAE (Nicarágua) e a INKA CERT (Peru). A BIO LATINA é supervisionada pela *Gesellschaft für Ressourcenschutz*, uma entidade de controle alemã reconhecida pela União Européia. No México e no Brasil, também operam, respectivamente, a CERTIMEX e o Instituto Brasileiro de Biodinâmica, este último subordinado à Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica.

19. Os produtores expressaram grande preocupação com o efeito que as exigências das diversas normas e regulamentos de certificação impostos pelos países importadores podem ter sobre suas receitas. Na Europa, algumas pequenas firmas importadoras de café orgânico externaram a mesma preocupação. Para diminuir os custos a cada pequeno agricultor, as agências certificadoras aceitam inspecionar cooperativas, sob condição de que um sistema interno de supervisão cuidadosamente documentada esteja em funcionamento. Assim, o organismo de controle efetua inspeções escolhendo aleatoriamente uma amostragem do conjunto de produtores. Em sua publicação de 1998, a GTZ especificava que, para pagar os altos custos das inspeções e certificação dos cafezais orgânicos, os produtores participantes do programa (localizados no Peru, Bolívia e Colômbia) teriam de pagar um preço adicional de pelo menos 8 centavos por libra-peso. Continua-se a discutir essa questão nos parágrafos que seguem.

O mercado de café “orgânico”

20. Em estudo publicado em 1999, o Centro de Comércio Internacional (CCI) estimava que, na Dinamarca, França, Alemanha, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido – os sete países em que a entidade realizara pesquisa –, o valor do comércio varejista de produtos e bebidas “orgânicos” ascendia a 11 bilhões de dólares. O Centro também afirmava que estimativas preliminares do valor do comércio varejista japonês e norte-americano em 1998 apontavam para um montante de 13 bilhões de dólares dos EUA.

21. A Associação Brasileira de Cafeicultores “Orgânicos”, sem fazer distinção entre o Robusta e o Arábica, apresentou uma estimativa do volume mundial da produção de café orgânico em 2000/01, que seria de 800.000 sacas de 60kg, ou 48.000 toneladas. Esse volume representa, caso se arredonde o volume total da produção mundial para 100 milhões de sacas, um equivalente percentual de 0,8 e um valor de cerca de 96 milhões de dólares dos EUA (com base na hipótese de um preço médio Arábica/Robusta de US\$1.600/T + prêmio de 20%, ou seja, de US\$2.000 com respeito ao valor do Arábica/Robusta em abril de 2000).

22. Em abril de 2000, a Associação Brasileira de Cafeicultores “Orgânicos” estimava que a produção de café orgânico do Brasil era de 40.000 sacas e a do México de 103.000 sacas, sendo este país o maior exportador mundial do produto. Caso se considere que a produção projetada para o Brasil e o México é, respectivamente, de cerca de 28,9 milhões e 5,3 milhões de sacas, os volumes acima citados representam 0,14 por cento da produção nacional brasileira e 1,94 por cento da produção mexicana.

23. A Guatemala, o Quênia, a Nicarágua, o Brasil, a Etiópia, a Índia, Madagáscar, Papua-Nova Guiné, assim como outros países latino-americanos, também exportam o produto. Novos planos de lançar café orgânico da Etiópia e de Uganda estão sendo levados a cabo, mas não se dispunha de cifras exatas para os fins deste relatório.

24. O ganho que o café “orgânico” poderia trazer a seus vendedores varejistas equivaleria, segundo cálculos conservadores, a um acréscimo de 10 a 15 por cento ao preço de compra.

25. Num estudo apresentado pelo Conselho Mexicano do Café, observa-se uma diferença percentual marcante no valor médio das exportações, que alcançou 35 por cento em 1995/96 e caiu para 9,8 por cento em 1997/98:

Valor médio das exportações de café orgânico (dólares dos EUA/saca)					
Rubrica	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
Outros Suaves	106,27	147,01	110,84	151,47	152,74
Café orgânico	132,66	190,05	149,65	186,08	167,71
Diferença	26,39	43,04	38,81	34,61	14,97
Diferença percentual	24,83	29,28	35,01	22,85	9,80

Fonte: Conselho Mexicano do Café.

26. Nenhuma fonte foi encontrada para definir uma tendência dos preços adicionais que se pagam aos produtores, importadores ou vendedores varejistas. Fatores que incidem sobre o prêmio aplicável ao café orgânico estão muito ligados a um fenômeno de “consumo” ecológico e ético. O poder aquisitivo e as campanhas de promoção do produto no mercado final têm um papel decisivo na determinação do aumento da demanda e do preço que o consumidor está disposto a pagar, tanto nos mercados europeus como nos Estados Unidos.

Conclusão

27. O café orgânico, seguindo o incremento geral da demanda por produtos “orgânicos” tanto no mercado europeu como nos mercados norte-americano e japonês, alcançou certo auge nos últimos anos. Sua importância relativa radica, por um lado, na observação de uma tendência crescente na demanda do produto e, por outro, na manifestação explícita do intuito de procurar conservar os recursos naturais de produção e ver a produção de café como parte de um sistema agroflorestal diversificado que, a longo prazo, permita aliviar as crises do café ao proporcionar outras fontes de receita através, quando possível, da produção de frutas, madeira e gado.

28. O café orgânico pode representar uma alternativa para os pequenos agricultores que estão dispostos a investir maior tempo e mão-de-obra na manutenção sustentável de suas propriedades. É preciso, porém, deixar claro que, nas propriedades que costumam trabalhar com insumos agroquímicos, poderá haver o começo de uma queda de produtividade durante o período de transição. No final, essa queda poderá ser compensada através de manejo eficiente e da restituição da fertilidade dos solos, até conseguir-se uma produção estável.

29. O prêmio que o produtor de café orgânico possa conseguir depende, entre outras coisas, de um bom sistema de comercialização, pois o mercado do café orgânico é um nicho e depende da estabilidade da produção e da boa qualidade. A certificação do produto pode ser um obstáculo difícil de superar, tanto pelos custos que envolve como pelos conhecimentos e disponibilidade de mão-de-obra que exige. Os produtores que consigam se organizar em

grupos, associações ou cooperativas que observem acordos de inspeção por amostragem estarão em situação vantajosa em relação àqueles que cumprem estritamente as exigências de controle propriedade por propriedade.

30. Para evitar que a certificação de café orgânico seja uma barreira para o negócio do café, os sistemas de certificação nacional deverão fortalecer-se e os organismos de inspeção local continuar trabalhando em harmonia com os organismos de inspeção e certificação dos países importadores. Também terão de informar-se sobre a evolução da regulamentação e das normas internacionais que as instituições como a FAO, a UE, o *Food Production Act*, a ISO e a IFOAM estão encarregadas de dirigir.

LISTA DE ORADORES DA MESA-REDONDA

Moderador: T. Johansson, Ministério das Relações Exteriores (Suécia)

Tema I Definição e história dos movimentos de agricultura alternativa

Principais características e impacto ambiental dos agrossistemas cafeeiros

Julia Elena Serpa, OIC

Philippe Vaast, CIRAD/CATIE, Turrialba, Costa Rica

Tema II Certificação

Bo van Elzakker

Diretor, Consultor em Agricultura, Proteção de Safras e Gestão de Projetos para a Europa Oriental e os Trópicos, Presidente dos Serviços de Credenciamento Orgânico Internacional da IFOAM

Tema III Mercado

Garth Smith, Presidente de ORGANIC PRODUCTS TRADING CO., promotor, importador, comerciante e corretor de Café Orgânico Gourmet Certificado. (Certificado Orgânico pela OCIA, DEMETER ASSOC. e a QAI. Licenciado como importador/ corretor pela *Smithsonian Migratory Bird Center*, para a marca registrada "SHADE GROWN-BIRD FRIENDLY" da entidade, e pela TRANSFAIR-USA para comércio equitativo e convencional de café.)

M. Scholer, Centro de Comércio Internacional, UNCTAD/OMC.

Bibliografia recomendada

“Guía para una caficultura ecológica: Café orgánico” Editores Talleres de Novella Publigráf S.R.L. Caylloma 225 Lima, Peru, 2^a edição revisada 1998

Local Certification of Organic Foodstuffs in Developing Countries: Quality Management for Global Markets, Jochen Neuendorff & Ulrich Sabel-Kochella, 1999, uma publicação da GTZ.